

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

ENERGÉTICA SUAPE II S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos para vossa apreciação o Relatório da administração (“RAD”) e as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape II”), com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia apresenta a seguir os principais fatos que ocorreram em 2025.

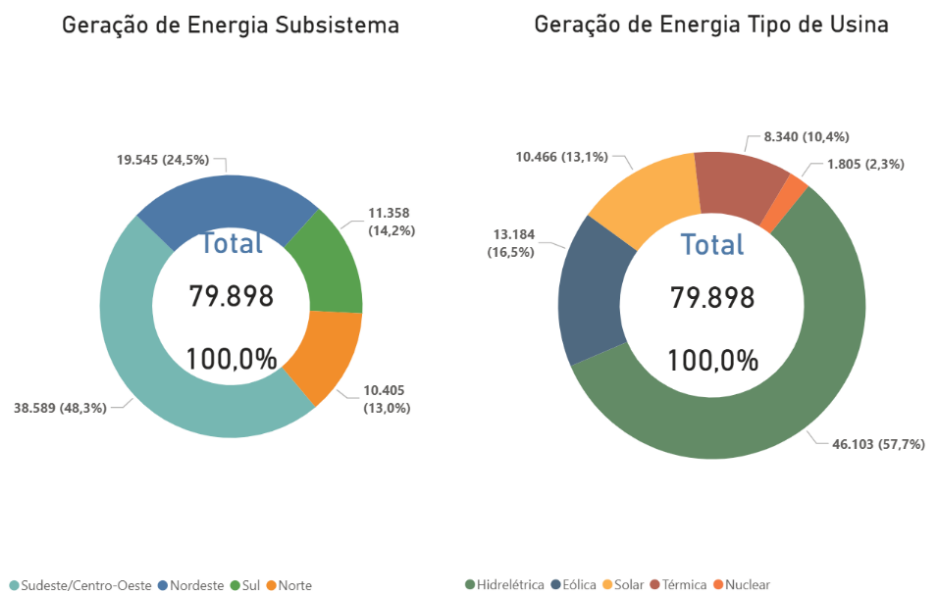
### 1 - Operacional

#### 1.1 - Cenário Energético Brasileiro

Em 2025, o Sistema Interligado Nacional (“SIN”) manteve um volume de geração praticamente estável, com leve aumento da participação das fontes renováveis, especialmente eólica e solar, e manutenção da hidrelétrica como principal base da matriz. Esse movimento, no entanto, ocorreu em um contexto de maior variabilidade climática, crescimento da carga associada a ondas de calor e maior complexidade operativa do sistema, exigindo respostas rápidas e confiáveis para o atendimento da demanda e a manutenção da estabilidade elétrica.

Nesse cenário, as usinas termelétricas, mesmo mantendo participação percentual próxima de 10% da geração total do exercício, consolidaram um papel estrutural na segurança energética do país. Mais do que volume gerado, as térmicas se destacaram pela flexibilidade operativa, capacidade de resposta aos picos de carga, compensação da intermitência das fontes renováveis e suporte à estabilidade de frequência e a do sistema. Assim, a expansão das renováveis reforçou, de forma inequívoca, a importância das usinas termelétricas como ativos essenciais de confiabilidade e equilíbrio do sistema elétrico brasileiro.


Geração de Energia por Subsistema e Tipo de Usina



## 1.2 - Despacho Térmico

Em 2025, a Suape II manteve sua relevância estratégica no atendimento às demandas do SIN, mesmo em um ano caracterizado por baixo nível de acionamento. Em agosto, a usina foi convocada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), por solicitação da ANEEL, para a realização de uma operação em teste destinada à comprovação de sua disponibilidade operativa. A Companhia atendeu integralmente aos requisitos estabelecidos, com desempenho de 100% no teste, reforçando sua eficiência, prontidão e elevada confiabilidade como ativo de suporte ao sistema elétrico nacional.

### Comprovante de Disponibilidade 100%



**SAGER - Consulta de Disponibilidade**

Usina	Data Verificada	Disp Operacional MWh/h	Disp Comercial MWh/h	Disp Eletromecânica MWh/h
UTE SUAPE II	11/08/2025	381,2590	381,2590	381,2590

Fonte: ONS

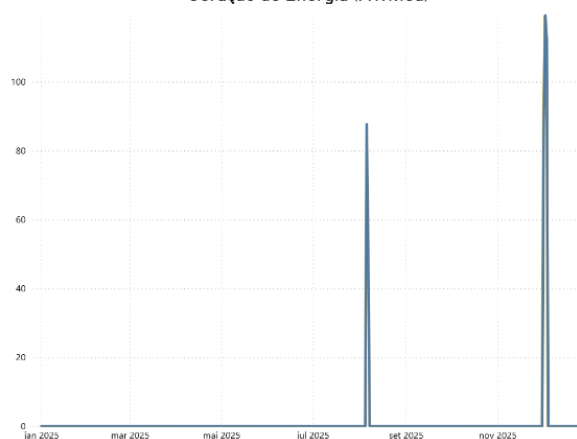
No mês de dezembro de 2025, a usina voltou a ser despachada para suprimento efetivo da demanda do sistema, em decorrência do aumento de carga do SIN. Mais uma vez, a Suape II respondeu de forma plena às solicitações do ONS, operando com estabilidade, eficiência e segurança, contribuindo para o atendimento ao consumo e para a manutenção do equilíbrio do sistema elétrico em um período crítico.

### Geração Bruta em 2025

Mês	Geração (MWh)
janeiro	-
fevereiro	-
março	-
abril	-
maio	-
junho	-
julho	-
agosto	3.337,47
setembro	-
outubro	-
novembro	-
dezembro	7.644,53

Fonte: CCEE

### Geração em MW médio em 2025 Geração de Energia (MWmed)



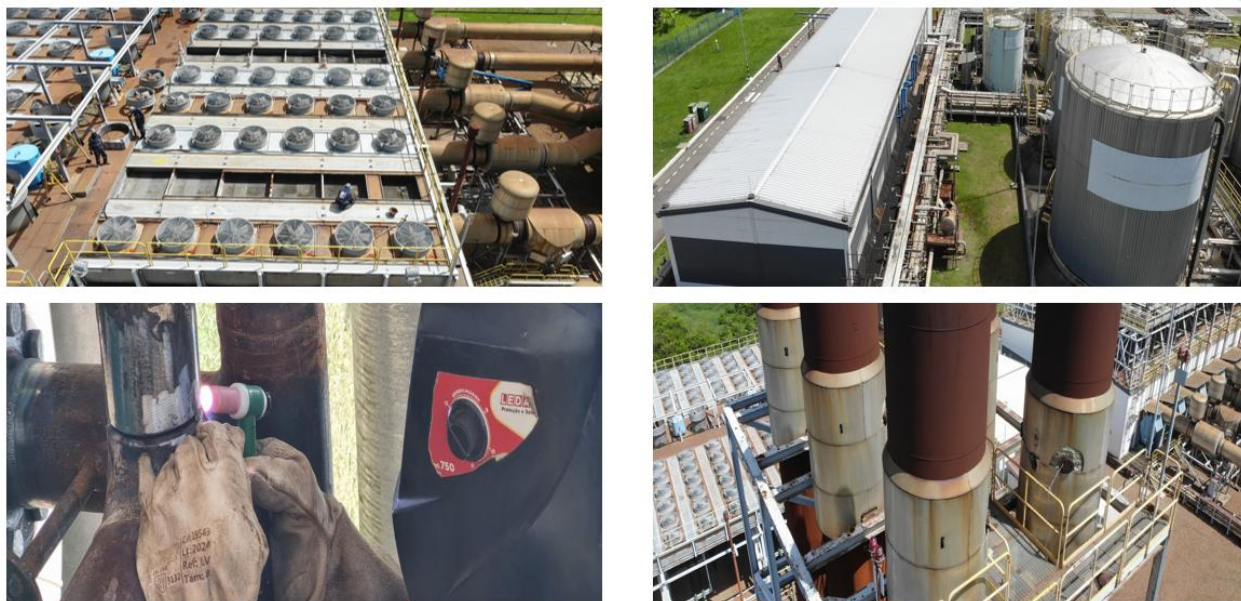
Fonte: ONS

Embora o ano de 2025 tenha registrado poucos acionamentos, a atuação da Suape II evidenciou o papel essencial das usinas termelétricas stand-by no planejamento energético brasileiro. A disponibilidade permanente, a capacidade de resposta imediata e a confiabilidade operacional demonstradas nos momentos em que foi requerida consolidam a Suape II como um pilar de segurança para o SIN e para os consumidores brasileiros, garantindo que o sistema esteja preparado para atender à demanda sempre que necessário.

## 1.3 - Contexto Operacional

Em 2025, a Suape II avançou de forma consistente na agenda de conservação de ativos e modernização operacional, com foco em assegurar confiabilidade, longevidade e disponibilidade do empreendimento para atendimento ao SIN. Ao longo do ano, foram conduzidas manutenções importantes no âmbito do plano de conservação da usina, com destaque para o reparo dos radiadores dos motores de geração, a recuperação das chaminés de escape dos gases de exaustão, a recuperação das linhas de retorno de condensado e linhas de vapor dos sistemas auxiliares e a reforma da sala operacional de controle. Essas intervenções, somadas a demais manutenções corretivas e preventivas executadas no período, reforçam o compromisso da Suape II com a integridade dos equipamentos, a segurança operacional e a continuidade da operação em alto padrão técnico.

## Manutenção e Conservação da Usina



Fonte: Suape II

Paralelamente, a usina ampliou seu portfólio de inovação e tecnologia, com iniciativas orientadas à eficiência e à redução de emissões. Em 2025, em continuidade à instalação dos aquecedores elétricos dos motores de geração, foram concluídas também as instalações das caldeiras elétricas de vapor. Essa modernização passou a viabilizar o fornecimento de vapor para a planta sem a utilização de caldeiras a diesel, resultando em ganhos ambientais relevantes, com redução de emissões associadas, e melhora no desempenho operacional, com maior eficiência e previsibilidade no suprimento de utilidades.

## Caldeiras Elétricas para Produção de Vapor



Fonte: Suape II

O principal destaque de 2025 foi o avanço do Projeto Piloto Etanol, desenvolvido em parceria com a *Wärtsilä*, fabricante dos motores, que viabiliza a implantação do primeiro motor de geração de energia a etanol do mundo. O projeto contempla um motogerador de 4 MW e, ao longo do ano, foram iniciadas as obras civis e eletromecânicas para sua implantação. O escopo do projeto prevê a realização de aproximadamente 4.000 horas de operação em testes, destinadas à aferição de parâmetros técnicos, validação de desempenho e consolidação da tecnologia em condições reais de operação no Brasil. Trata-se de um marco relevante para o setor elétrico, plenamente alinhado às diretrizes de transição energética e descarbonização da matriz brasileira, ao integrar inovação tecnológica, confiabilidade operacional e sustentabilidade em uma única solução.

#### Primeiro Motor Gerador a Etanol do mundo



Fonte: Suape II

A realização dos avanços operacionais, das manutenções estruturantes e dos projetos de inovação ao longo de 2025 foi possível graças ao empenho e à qualificação das pessoas que fazem a Suape II operar diariamente. A usina investe continuamente na capacitação e no treinamento de suas equipes, garantindo profissionais preparados para atuar com segurança, eficiência e excelência técnica em um ambiente operacional complexo e altamente regulado. Acreditamos que a confiabilidade e o desempenho da Suape II são reflexo direto do comprometimento, da competência e do senso de responsabilidade das pessoas que sustentam este negócio e asseguram seu funcionamento em benefício do SIN e dos consumidores brasileiros.

## 2 - Segurança, Saúde e Meio Ambiente

No ano de 2025, a Companhia continuou com as ações previstas para atendimento aos requisitos normativos previstos na legislação de segurança e saúde do trabalho, cumprindo todas as exigências definidas em programas voltados para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Foram aproximadamente 484.654,57 horas trabalhadas com exposição a riscos, tendo como resultado uma Taxa de Frequência de Acidentes (TF) de 6,19 (2024: 3,33, resultante de três acidentes com afastamento (para a Organização Internacional do Trabalho, uma taxa de frequência menor que 20 é considerada muito boa – Fonte: *“Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho”*, Autor: José da Cunha Tavares). Ainda assim, mesmo com o desempenho positivo do indicador supracitado, a Companhia entende que a segurança deve ser prioridade permanente e que acidentes e doenças do trabalho não devem acontecer. Para isso, é fundamental a atuação contínua no acultramento da força de trabalho quanto às melhores práticas de segurança.

Também em 2025, a Companhia manteve investimentos consistentes em capacitação, campanhas e eventos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (“SMS”), principalmente com interface direta com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”). Entendemos que o desenvolvimento de pessoas é um dos principais caminhos para a prevenção, além de agregar valor ao capital humano. Para a Diretoria e os Acionistas, as pessoas são o maior patrimônio da Companhia.

No quesito prevenção e combate a incêndio, foi mantido rígido controle de todos os sistemas críticos de segurança (detecção e alarme, sistema de dilúvio, funcionamento de bombas, entre outros), os quais permaneceram em pleno funcionamento, garantindo a proteção da planta e a continuidade das condições seguras de operação.

No âmbito ambiental, a Companhia atendeu integralmente às exigências estabelecidas na Licença de Operação (“LO”), emitida em fevereiro de 2024, com validade até dezembro de 2027. Todos os resíduos gerados foram destinados de forma rastreada e ambientalmente responsável, em conformidade com a legislação estadual e federal aplicável. A Companhia busca continuamente a redução da geração de resíduos, com foco na minimização dos impactos associados à disposição em aterros sanitários. Quando a redução não é possível, são adotadas práticas adequadas de segregação, visando ao reuso e à reciclagem de materiais. Anualmente, a Companhia atualiza o Programa de Gerenciamento de Resíduos Industriais (“PGRSI”), com foco no aprimoramento dos controles e registros de geração de resíduos, permitindo análises críticas e a busca por melhores resultados nos exercícios subsequentes.

## 3 - Ambiente regulatório

### 3.1 - Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 (LRCAP 2026)

O LRCAP 2026 regulamentado pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), tem como objetivo reforçar a segurança energética do SIN por meio da contratação de empreendimentos com elevada flexibilidade operativa, rápida resposta ao despacho do ONS e alto desempenho em cenários de maior variabilidade do sistema. Para esse fim, o MME estabeleceu duas Portarias que permitem a participação de projetos novos e existentes, conforme a fonte e o perfil de contratação, assegurando uma composição diversificada e confiável da reserva de capacidade do sistema.

#### a) Portaria MME nº 118/2025 - Projetos a Gás Natural e Carvão Mineral

Estabelece as diretrizes para a participação de empreendimentos termelétricos a gás natural, novos e existentes, e a carvão mineral, existentes no leilão ocorrido em 18 de março de 2026 e com foco a contratação de projetos com maior horizonte de suprimento, capazes de oferecer potência firme, elevada flexibilidade operativa e desempenho consistente ao longo do tempo.

Nesse contexto, a Suape concorreu com o projeto Suape IV-B de 122,988 MW a gás natural, sagrando-se vencedora na Rodada 2029 para um contrato de quinze anos, de agosto de 2029 a julho de 2044. Esse projeto reforça a estratégia de longo prazo da Companhia, alavancando sua expertise operacional, eficiência tecnológica e capacidade de resposta rápida às demandas do sistema.

b) Portaria MME nº 119/2025 - Projetos a Óleo Combustível, Diesel, Biodiesel e UHEs

Regulamenta a participação de empreendimentos termelétricos existentes a óleo combustível e diesel, bem como de projetos a biodiesel e de usinas hidrelétricas, no âmbito do LRCAP 2026. O leilão foi realizado no dia 20 de março de 2026 e tinha como foco a contratação de capacidade com elevada prontidão, flexibilidade e confiabilidade, especialmente para atendimento a situações conjunturais e de curto a médio prazo.

Para esse leilão, a Suape II cadastrou o Projeto Suape II a Óleo Combustível de 380 MW, com contratação prevista por três anos, de 2027 a 2030, e o Projeto Suape II a Biodiesel de 380 MW, com horizonte de dez anos, de 2030 a 2040. Ambos os projetos se beneficiam da robustez da infraestrutura existente, da elevada disponibilidade operacional e da flexibilidade inerente às usinas a motores, características altamente valorizadas nesse modelo de leilão.

Entretanto, não houve demanda ofertada que possibilita-se a Companhia competir no certame. Diante cenário, a Companhia está buscando novas oportunidades de negócios para o aproveitamento da planta existente.

### 3.1.1 - LRCAP 2026 - Armazenamento (BESS)

Consulta pública da Portaria MME nº 878/2025 para produto Potência-Armazenamento: disponibilidade de potência por 4h/dia; recarga  $\leq$  6h; potência mínima 30 MW; prazo contratual de 10 anos; início previsto 01/08/2028.

Bônus por localização e requisitos de tecnologia (*grid-forming*) em discussão; flexibilização de licenciamento na habilitação técnica; contratação pela ANEEL prevista para abril/2026.

Impactos: Usinas podem avaliar hibridização e serviços ancilares; reduzir ESS e arbitrar preços; pontos com benefício sistêmico podem ter bônus.

### 3.2 - Abertura total do mercado livre e nova arquitetura de transição

A Lei nº 15.269/2025 inaugurou uma abertura completa do mercado livre de energia, permitindo que todos os consumidores (inclusive os atendidos em baixa tensão) possam migrar para o ACL em um cronograma escalonado. O processo é estruturado para ocorrer de forma gradual e segura, com pré-requisitos como segregação tarifária entre Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a criação de um produto padrão para facilitar a comparação entre ofertas e a implementação de um plano nacional de comunicação ao consumidor. Essas medidas formam uma base regulatória que prepara o setor para uma dinâmica mais competitiva e transparente.

### 3.3 - Proposta de Solução para inadimplência no Mercado de Curto Prazo ("MCP")

Foi criado mecanismo concorrencial para pagamento dos débitos do *Generation Scaling Factor* ("GSF"), que travavam as liquidações do MCP. O mecanismo teve sucesso reduzindo substancialmente a inadimplência.

### 3.4 - Marco regulatório inédito para armazenamento de energia

Pela primeira vez, o armazenamento é tratado como atividade regulada dentro do setor elétrico. A ANEEL passa a ter competência expressa para definir regras de acesso, remuneração e prestação de serviços, incluindo flexibilidade, potência e serviços ancilares. A lei também estabelece que sistemas de armazenamento localizados na rede básica poderão ser licitados quando o planejamento apontar necessidade locacional, permitindo que baterias e outras tecnologias se integrem de forma estratégica à operação do sistema. Trata-se de um avanço decisivo para a integração eficiente de fontes renováveis e para a segurança energética de médio e longo prazo.

### 3.5 – Teto permanente para a CDE e reorganização dos encargos setoriais

A Conta de Desenvolvimento Energético passa a ter um limite anual fixado a partir de 2027, equivalente ao orçamento de 2025 corrigido pelo IPCA. Esse mecanismo cria previsibilidade para agentes e consumidores, reduzindo volatilidades e estabelecendo uma disciplina fiscal inédita para uma das principais fontes de custo do setor. Usinas enquadradas como incentivadas e MIMGD, que dependem da CDE para viabilizar descontos de TUST/TUSD e outros benefícios tarifários, serão diretamente afetadas pela medida, podendo ter redução de subsídios e pagamento de encargos adicionais. O Encargo mencionado também foi criado a partir da lei, e denominado como Encargo de Complemento de Recursos (ECR), destinado justamente a cobrir os eventuais excessos vinculados a beneficiários, controlando os gastos da CDE.

#### 4 - Investimentos em P&D

A Companhia realiza investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (“PD&I”), conforme estabelecido pela Lei nº 9.991/2000 e em atendimento a Resolução Normativa ANEEL nº 1.074/2023 de 19 de setembro de 2023.

Os projetos selecionados são submetidos a uma análise técnica alinhada às necessidades operacionais e estratégicas da Companhia. Para isso, a Companhia mantém um processo contínuo de prospecção e está aberta ao recebimento de propostas, que podem ser enviadas para o e-mail [ped@suapeenergia.com.br](mailto:ped@suapeenergia.com.br).

A Companhia também faz uso dos valores gastos em PD&I para fruição dos incentivos fiscais de redução de IRPJ e CSLL previstos na Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”).

Ao final de 2025 estavam em andamento e/ou aguardando aprovação junto a ANEEL os projetos demonstrados a seguir:

(Valores em Milhares de R\$)

Projeto	Código ANEEL	Início	Término (previsão)	Status	Realizado		Comprometido 2026	Total P&D
					Anos anteriores	2025		
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017	1.753	-	-	1.753
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	4.197	-	-	4.197
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.535	-	-	3.535
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	2.299	-	-	2.299
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.001	-	-	6.001
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	6.007	-	-	6.007
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.115	-	-	3.115
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	3.638	-	-	3.638
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	1.634	68	-	1.702
CS Carbono	PD-06599-0010/2023	junho/2023	agosto/2025	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel	963	164	-	1.127
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	março/2026	Pesquisa em andamento	5.595	1.270	(1.980)	4.885
					<b>38.737</b>	<b>1.502</b>	<b>(1.980)</b>	<b>38.259</b>

#### 5 - Desempenho Econômico-Financeiro

##### 5.1 – Indicadores empresariais



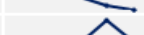




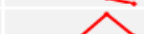








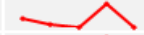




(Valores em milhares de Reais, quando aplicável)

Indicadores econômicos	2025	2024	Varição % 2025 / 2024
Receita Operacional Bruta	391.438	386.115	1,38%
Receita Operacional Líquida - ROL	350.069	345.358	1,36%
EBITDA	249.017	224.877	10,73%
Resultado Operacional	226.330	202.237	11,91%
Resultado financeiro líquido	4.801	2.282	110,39%
Lucro Líquido	190.818	174.059	9,63%

Índices de Liquidez	2025	2024	Variação % 2025 / 2024
Liquidez corrente => AC / PC	1,97	3,83	-48,40%
Liquidez seca => (AC - Estoques) / PC	1,60	2,68	-40,17%
Liquidez imediata => Disponível / PC	1,01	1,46	-30,73%
Liquidez geral => (AC + RLP) / (PC + ELP)	2,11	4,23	-50,13%
ROCE => EBIT / Capital Empregado	1,62	1,44	11,91%
ROCE => EBIT / (Ativo Total - Passivo Circulante)	0,41	0,37	11,02%

EBITDA	2025	2024	Variação % 2025 / 2024
Lucro Líquido	190.818	174.059	9,63%
Depreciação e amortização	22.687	22.640	0,21%
Despesas financeiras	(16.604)	(13.202)	25,77%
Receitas financeiras	11.803	10.920	8,09%
Imposto de Renda e Contribuição Social	40.313	30.460	32,35%
<b>EBITDA</b>	<b>249.017</b>	<b>224.877</b>	<b>10,73%</b>

#### SUAPE II - Resultado Gerencial Consolidado (DRE Gerencial)

Valores em Milhares de R\$)	Média mensal 2025-2020	2025	2024
<b>(+) Receita Operacional</b>		411.454	386.174
Receita Fixa		382.564	365.234
Receita Geração		8.874	20.881
Outras Receitas (líquidas)		310	59
Projeto Etanol		19.706	-
<b>(-) Custo Operacional</b>		(180.324)	(181.655)
Custo Fixo		(168.219)	(160.622)
Custo de Geração		(9.926)	(19.653)
Outros Custos		(1.250)	(1.380)
Projeto Etanol		(929)	-
<b>(=) Resultado Operacional</b>		231.131	204.519
Resultado Fixo		214.345	204.612
Resultado da Geração		(1.052)	1.228
Outros Resultados		(940)	(1.321)
Projeto Etanol		18.777	-
<b>(-) Impostos</b>		(40.313)	(30.460)
Imposto de Renda (IR)		(58.166)	(50.601)
Contribuição Social (CS)		(20.932)	(18.206)
Impostos Diferidos (IR/CS)		61	(85)
Incentivo Fiscal SUDENE		38.724	38.431
<b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>190.818</b>	<b>174.059</b>

OBS: Não auditado

## 6 - Endividamento

Em maio, a Companhia repactuou o financiamento contratado junto ao Banco Santander, com uma menor taxa de juros (USD + 3,95% com cap de 6,50). Também foi reduzida a exposição cambial com a baixa do *swap* mais barato para CDI + 0,88% a.a.

A parcela do setembro/2025 foi antecipada na repactuação, porém o fluxo de pagamentos para 2026 permaneceu inalterado com as demais parcelas vencendo em maio e setembro. Essa antecipação também liberou parte da garantia para aplicação em fundos mais rentáveis, gerando um ganho financeiro adicional.

Essa iniciativa está alinhada à estratégia da Companhia de buscar continuamente melhores condições financeiras.

## 7 - Benefício fiscal de redução do IRPJ (SUDENE)

Em 2025 a Companhia manteve a fruição do benefício de redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis na modalidade de Modernização Total de Empreendimento com vigência de 10 anos (a contar de 2023) concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

## 8 - Composição acionária

A Companhia tem por acionistas a Savana SPE Incorporações Ltda. e a Petróleo Brasileiro S.A. que detém, respectivamente, 80% e 20% de suas ações.

## 9 - Auditores independentes

Para o exercício de 2025, a Companhia celebrou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, conforme autorizado pelo Conselho de Administração. A política desta contratação adotada pela Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2025 foi emitido sem ressalvas, referendando desta forma que as demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 10 - Perspectivas 2026

O ano de 2026 será marcado pela continuidade dos investimentos estratégicos da Suape Energia, com foco na consolidação operacional, inovação tecnológica e posicionamento competitivo no setor elétrico brasileiro. Um dos principais destaques será a continuidade das obras do Projeto Piloto Etanol, com início dos testes operacionais ainda no primeiro semestre do ano. Essa etapa é fundamental para a validação técnica e operacional do primeiro motor de geração termelétrica a etanol do mundo, representando um marco inédito no mercado de geração de energia por motores de combustão e reforçando o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e sustentáveis.

Paralelamente, a Suape II dará continuidade ao seu plano estruturado de manutenção e conservação da usina, já com orçamento aprovado para 2026, reafirmando a confiança na longevidade e na continuidade do empreendimento. Essas ações asseguram elevados padrões de confiabilidade, disponibilidade e segurança operacional, alinhados às exigências do Sistema Interligado Nacional e às melhores práticas do setor.

Embora o etanol não esteja contemplado nas regras do LRCAP 2026, a Companhia seguirá investindo no Projeto Piloto Etanol, por acreditar que essa tecnologia tem potencial para abrir um novo mercado de geração termelétrica sustentável no Brasil e no mundo. A iniciativa posiciona a Suape Energia na vanguarda da transição energética, ao combinar confiabilidade operativa com redução de emissões e inovação tecnológica.

Com essa visão de longo prazo, a Suape Energia mantém como diretriz estratégica tornar-se o maior complexo termelétrico sustentável do mundo, ampliando seus investimentos em soluções energéticas alinhadas às políticas de transição energética, sustentabilidade, segurança e confiabilidade operacional. Esse caminho é sustentado pela convicção de que as pessoas são o principal ativo da Companhia, sendo o investimento contínuo em capacitação, desenvolvimento e engajamento das equipes um pilar essencial para viabilizar todos esses avanços. matriz energética limpa, eficiente e alinhada às demandas futuras do Brasil.

## 11 – Conclusão

Por fim, com a manutenção das boas práticas operacionais, a execução consistente do plano de conservação dos ativos e o avanço em projetos estratégicos de inovação, a Suape II encerra o ano de 2025 plenamente disponível e apta a atender às demandas do Sistema Interligado Nacional. A usina reafirma seu compromisso com a confiabilidade, a segurança operacional e o cumprimento rigoroso dos procedimentos e diretrizes estabelecidos pelo ONS e pela ANEEL, mantendo-se preparada para responder de forma eficiente sempre que demandada. Com foco na melhoria contínua, na capacitação das equipes e na sustentabilidade de longo prazo, a Suape Energia segue contribuindo de maneira decisiva para a segurança energética e o atendimento às necessidades do sistema elétrico brasileiro.

Cabo de Santo Agostinho (PE), 31 de março de 2026.

A Administração

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Energética Suape II S.A.  
Cabo de Santo Agostinho - PE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Energética Suape II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PE 001269/F-8

*Carlos Sebastião F.V. Dauer*

Carlos Sebastião Fernandes Vieira Dauer  
Contador CRC 1 CE 021962/O-9 - S - PE

## Energética Suape II S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2025	2024	Passivo	Nota Explicativa	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	124.433	81.180	Fornecedores	17	16.171	10.296
Contas a receber de clientes	10	60.510	52.638	Empréstimos, financiamentos e encargos	18	28.709	16.350
Estoques	11	45.620	63.692	Tributos e contribuições sociais	19	3.669	2.361
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12	6.896	6.681	Tributos sobre o lucro	20.1	20.864	17.884
Despesas pagas antecipadamente	14	3.780	3.644	P&D e taxas regulatórias	21	3.192	3.523
Outros créditos	13	1.522	4.768	Dividendos a pagar	22	45.000	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>242.761</b>	<b>212.603</b>	Outras contas a pagar	23	5.327	5.143
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras restritas	9	15.389	21.267	Empréstimos, financiamentos e encargos	18	-	31.191
Ativo fiscal diferido	20.3	1.421	1.360	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>31.191</b>
		<b>16.810</b>	<b>22.627</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	15	421.200	373.671	Capital social	25	139.977	139.977
Intangível	16	26	52	Reserva legal	25	27.995	27.995
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>438.036</b>	<b>396.350</b>	Reserva de incentivos fiscais	25	376.799	338.605
				Dividendos adicionais propostos	25	13.094	15.628
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>557.865</b>	<b>522.205</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>680.797</b>	<b>608.953</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>680.797</b>	<b>608.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota Explicativa	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	27	<b>350.069</b>	<b>345.358</b>
<b>Custo Operacional</b>		<b>(124.687)</b>	<b>(127.474)</b>
Custo de operação de geração de energia elétrica	28	(124.622)	(127.474)
Energia elétrica comprada para fornecimento	28	(65)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>225.382</b>	<b>217.884</b>
<b>Despesas operacionais e outras receitas</b>			
Despesas gerais e administrativas	28	(19.068)	(15.706)
Outras receitas / despesas operacionais líquidas	28	20.016	59
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>226.330</b>	<b>202.237</b>
Receitas financeiras	29	16.604	13.202
Despesas financeiras	29	(11.803)	(10.920)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>4.801</b>	<b>2.282</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>231.131</b>	<b>204.519</b>
Imposto de renda	20	(58.166)	(50.601)
Contribuição social	20	(20.932)	(18.206)
Imposto de renda diferido	20	45	(62)
Contribuição social diferida	20	16	(22)
Incentivo fiscal SUDENE	20	38.724	38.431
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>190.818</b>	<b>174.059</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas - R\$</b>		<b>1,36</b>	<b>1,24</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Energética Suape II S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>190.818</u>	<u>174.059</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>190.818</u></u></b>	<b><u><u>174.059</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Energética Suape II S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>300.174</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>468.145</b>
Distribuição de lucros	25	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	174.059	174.059
<i>Destinação do lucro</i>							
Dividendo mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	(33.907)	(33.907)
Dividendos intermediários	25	-	-	-	-	(86.093)	(86.093)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.3	-	-	38.431	-	(38.431)	-
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	15.628	(15.628)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>338.605</b>	<b>15.628</b>	<b>-</b>	<b>522.205</b>
Distribuição de lucros	25	-	-	-	(15.628)	-	(15.628)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	190.818	190.818
<i>Destinação do lucro</i>							
Dividendo mínimos obrigatórios	25	-	-	-	-	(38.023)	(38.023)
Dividendos intermediários	25	-	-	-	-	(100.977)	(100.977)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	25.3	-	-	38.724	-	(38.724)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais (anos anteriores)	25	-	-	(530)	-	-	(530)
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	-	13.094	(13.094)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>139.977</b>	<b>27.995</b>	<b>376.799</b>	<b>13.094</b>	<b>-</b>	<b>557.865</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Suape II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>190.818</b>	<b>174.059</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	28	22.687	22.640
Ativo imobilizado recebido gratuitamente		(19.706)	-
Baixa no ativo imobilizado e intangível	15 e 16	992	943
IRPJ / CSLL correntes e incentivo fiscal SUDENE	20.2	40.374	30.376
IRPJ / CSLL diferidos	20.2	(61)	84
Atualização dos dividendos	25.4.3B	345	746
Encargos de empréstimos e financiamentos	18.1	10.197	8.829
		<b>54.828</b>	<b>63.618</b>
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>245.646</b>	<b>237.677</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(7.872)	24.081
Estoques		18.072	492
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(215)	(4.544)
Despesas pagas antecipadamente		(136)	325
Outros créditos		3.246	(4.391)
		<b>13.095</b>	<b>15.963</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		5.875	(3.914)
Tributos e contribuições sociais		1.308	(500)
P&D e taxas regulatórias		(331)	(776)
Outras contas a pagar		184	(177)
		<b>7.036</b>	<b>(5.367)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>265.777</b>	<b>248.273</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(35.859)	(22.718)
Juros e IOF pagos	18.1	(8.200)	(11.803)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>221.718</b>	<b>213.752</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgate (aplicação) das aplicações financeiras		23.526	(18.134)
Aquisição de imobilizado	15 / 16	(56.664)	(1.262)
Reclassificação de estoque para imobilizado	15 / 16	(14.525)	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(47.663)</b>	<b>(19.396)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	18.1	26.100	46.786
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18.1	(46.929)	(81.930)
Pagamento de dividendos	25.4	(109.895)	(153.801)
Pagamento do IRRF e da atualização monetária dos dividendos		(78)	(168)
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(130.802)</b>	<b>(189.113)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>43.253</b>	<b>5.243</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício		81.180	75.937
Caixa e equivalentes no final do exercício		124.433	81.180
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>43.253</b>	<b>5.243</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1 - Contexto operacional

A Energética Suape II S.A. (“Companhia” ou “Suape II”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com a finalidade de desenvolver, implementar, operar e explorar uma usina termelétrica movida a óleo combustível e está localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco. É considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (“OCB1”) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) em 230kV, onde se interliga a 5,6 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (“CHESF”), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

A Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo início da sua operação comercial em 24 de janeiro de 2013 e finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) previsto para 31 de dezembro de 2026, com outorga de autorização até 2043, através da Portaria Autorizativa MME nº 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17 unidades geradoras x 22,425 MW) e em março de 2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME nº 046/2016.

Em 2025 a Suape II operou 0,33% da sua capacidade total disponível, este percentual correspondeu a geração efetivamente realizada nos meses de agosto e dezembro. Ao todo foram 10.982 MWh de energia gerada. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) despachou a usina por Razões Elétricas e Operação em Teste, onde os principais motivadores foram:

- (a) Comprovação de disponibilidade da usina mediante o Ofício Nº 705/2025-SFT/ANEEL;
- (b) Atendimento a carga elevada do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), especialmente nos horários de pico de carga das 17h00 às 18h00.

A dinâmica da Operação e Manutenção (“O&M”) foi predominantemente em regime *stand-by*, onde a planta pôde intensificar os planos de conservação dos seus sistemas e estruturas operacionais de forma a assegurar a qualidade no abastecimento de energia elétrica ao SIN sempre que solicitado.

A disponibilidade operacional da Suape II foi evidenciada em 2025 por meio de operação em teste solicitada pelo ONS, por demanda da ANEEL, com o objetivo de comprovar a aptidão da usina para atendimento ao Sistema Interligado Nacional. A Companhia atendeu integralmente aos requisitos estabelecidos, demonstrando plena capacidade de entrega de sua energia e confirmando sua prontidão operativa no momento em que foi demandada. Esse resultado reforça a confiabilidade da usina e reflete o elevado padrão de manutenção, conservação dos ativos e capacitação das equipes, assegurando que a Suape II esteja sempre apta a atender às necessidades do sistema elétrico brasileiro.

A Suape II inicia 2026 fortalecida por sua confiabilidade operacional e preparada para atender a um cenário de maior demanda por geração térmica, impulsionado pelas contínuas ondas de calor dos últimos anos e pela forte inserção das fontes renováveis no SIN. O desligamento de várias usinas desde 2024 posiciona a Suape II de forma ainda mais estratégica, aumentando a probabilidade de acionamentos pelo ONS para garantir a segurança energética do SIN.

Além de manter seu compromisso com a execução do contrato vigente, a Suape II avançou de forma consistente no desenvolvimento de projetos estratégicos que reforçam sua sustentabilidade, confiabilidade e visão de longo prazo. Destaca-se o Projeto Piloto Etanol, atualmente em fase de implantação, que representa uma iniciativa inédita no setor elétrico ao viabilizar a geração termelétrica por meio de motores a combustão movidos a etanol, aliando inovação tecnológica, redução de emissões e elevada confiabilidade operacional. Em paralelo, a Companhia segue executando de maneira contínua seu plano de manutenção e conservação da usina, com foco na integridade dos ativos, na realização de manutenções preventivas e corretivas e na preservação de elevados níveis de disponibilidade para atendimento ao Sistema Interligado Nacional.

Adicionalmente, reafirmando seu compromisso com a continuidade do empreendimento e com o futuro do setor elétrico brasileiro, a Suape promoveu o cadastramento de projetos para participação no Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 ("LRCAP 2026"), sagrando-se vencedora na Rodada 2029 com projeto Suape IV-B de 122,988 MW a gás natural com contrato de quinze anos, de agosto de 2029 a julho de 2044. Os projetos Suape II a Óleo Combustível, com potência de 380 MW e Suape II a Biodiesel, também com 380 MW não tiveram possibilidade de concorrência devido à baixa demanda ofertada no leilão.

Diante cenário, a Companhia está buscando novas oportunidades de negócios, dentre elas a aquisição de PPAs ("*Power Purchase Agreement*") existentes de outras empresas para o aproveitamento na planta UTE Suape II, estando em andamento na data de emissão desse Relatório a negociação com um grupo econômico nacional nesse sentido.

A iniciativa reforça a convicção da Companhia na relevância estrutural da Suape para a segurança energética nacional, bem como seu alinhamento às diretrizes de transição energética, flexibilidade operativa e confiabilidade exigidas pelo Sistema Interligado Nacional.

A Companhia seguirá investindo de forma contínua em inovação e na capacitação de suas equipes, assegurando que seus processos operacionais mantenham elevados padrões de eficiência, segurança e prontidão. Essa estratégia, aliada à execução consistente de projetos tecnológicos e à conservação rigorosa dos ativos, permite que a usina sustente seu papel essencial no Sistema Interligado Nacional, ao mesmo tempo em que reforça sua posição como referência de excelência no setor termoeletrico, alinhada às diretrizes de transição energética, sustentabilidade e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.

## 2 - Base de preparação

### Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3 - Moeda funcional e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 - Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### a. Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 15 - Ativo imobilizado: Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados, considerando a avaliação entre a estimativa da vida útil, o valor residual econômico dos ativos e sua geração de caixa.

Nota Explicativa nº 20.3 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota Explicativa nº 24 - Contingências: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

### *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa 30 (Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

## 5 - Mudanças nas principais políticas contábeis

Não houve alterações nas principais políticas contábeis em 2025.

## 6 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## 7 - Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 7.1 - Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### 7.2 - Receita de operações com energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica. Segue abaixo as receitas operacionais que a Companhia reconhece, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

#### *(i) Receita de energia elétrica no ambiente regulado*

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida mensalmente por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

#### *(ii) Receita energia elétrica no ambiente de comercialização livre*

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh (determinado pela oferta e procura do mercado no momento da operação). A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

A Companhia não realizou operações de venda de energia elétrica no ambiente livre em 2025, sendo as operações no ambiente livre decorrentes da "operação de lastro" oriunda de uma penalidade regulatória (não atendimento da Garantia Física prevista – Decreto nº 5163/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs. O efeito líquido da operação está demonstrado na Nota Explicativa 28.

### 7.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

### 7.4 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Tributos sobre ganhos financeiros; e
- Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelos juros efetivos. A Companhia classifica a despesa de juros como fluxos de caixa das atividades operacionais.

### 7.5 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

#### *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### *(ii) Despesas de Imposto de renda e contribuição social diferidas*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data do balanço e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de balanço e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### 7.6 - Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Desde 2013, a Companhia usufrui da redução de 75% do IRPJ inclusive adicionais não-restituíveis, que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis

A vigência atual do benefício é pelo prazo de 10 anos (até o final de 2032) na modalidade de Modernização Total de Empreendimento, conforme Laudo Constitutivo nº 0024/2023 emitido pela SUDENE e homologado pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), através do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Os valores relativos aos benefícios estão demonstrados na Nota Explicativa 25.3.

#### 7.7 - Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

O estoque de combustíveis, peças de reposição e consumíveis está detalhado na Nota Explicativa 11.

As peças de reposição passam por análise anual de giro, sendo reclassificadas para o ativo imobilizado (Nota Explicativa 15), quando cabível.

#### 7.8 - Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

*(i) Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

*(ii) Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

## 7.9 - Intangível

*(i) Reconhecimento e mensuração*

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como utilização de softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

*(ii) Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

*(iii) Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), elaborado pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A amortização é reconhecida no resultado.

## 7.10 - Instrumentos financeiros

### 7.10.1 - Ativos financeiros

*(i) Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

*(ii) Classificação e mensuração subsequente*

#### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### 7.10.2 - Passivos financeiros

##### *Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

##### *Passivos financeiros*

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### 7.11 - Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

## 7.12 - Redução ao valor recuperável (*impairment*)

### (i) Ativos financeiros não-derivativos

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito, quando aplicável, sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

Quando aplicável, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
- As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato, quando aplicáveis, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### (ii) Ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são alocadas para redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 7.13 - Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

#### 7.14 - Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

#### 7.15 - Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

#### 7.16 - Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 - Evento Subsequente e o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de "Dividendos Adicionais Propostos", em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

## 8 - Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	13	24
Aplicações financeiras - Certificados de depósito bancário (CDB)	123.591	40.610
Aplicações financeiras - Letras Financeiras (LF)	829	40.546
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>124.433</u>	<u>81.180</u>

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações apresentaram rendimentos médios entre 100% e 102% do CDI nas principais aplicações: CDB/LF Itaú, CDB Bradesco, CDB Santander e CDB BNB (2024: 100% e 102% do CDI).

## 9 - Aplicações financeiras restritas

Instituição financeira	Modalidade	Ref.	Vencimento	Indexador	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil	Garantia CCG	(a)	31/12/2026	98% do CDI	6.682	5.861
Banco do Brasil S/A	Garantia CCT	(b)	31/12/2026	92% do CDI	160	141
	Garantia CCG					
Banco Santander S.A.	RFN	(c)	30/09/2026	100% do CDI	8.547	15.265
Total das aplicações financeiras restritas					<u>15.389</u>	<u>21.267</u>

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

- (a) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), por meio do Contrato Conta de Garantias ("CCG"). O saldo a ser mantido representa o montante de pelo menos um mês da TUST.
- (b) Corresponde à conta de administração às garantias do Contrato de Conexão e Transmissão com a CHESF ("CCT - CHESF"). O montante aplicado representa uma parcela do contrato, conforme previsto na cláusula 54 do CCT-CHESF. O indexador previsto na Resolução Aneel nº 3.349/2024.
- (c) Corresponde à aplicação em CDB firmada com o Banco Santander para garantia da reestruturação da dívida em maio/2025 (Nota Explicativa 18b), por meio da Cédula de Crédito Bancário ("CCB"). O valor aplicado equivale a 30% do principal da dívida.

## 10 - Contas a receber de clientes

	Ref.	2025	2024
Contas a receber de clientes	(a)	11.020	2.084
Valores a faturar	(b)	39.975	45.783
Liquidação no mercado de curto prazo	(c)	9.441	4.765
Venda de óleo usado e sucata		74	6
Total de contas a receber		<u>60.510</u>	<u>52.638</u>

- (a) O saldo a receber de 2025 corresponde ao saldo (1/3) da parte da parcela fixa do mês de novembro. O montante contabilizado no contas a receber em 2024 refere-se a saldo residual das receitas fixa e de geração do mês de novembro. Na data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, não há saldo a receber de clientes de valores faturados relativo ao exercício de 2025.
- (b) Referem-se às parcelas fixa e de geração não faturadas conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEAR"). A receita correspondente as operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") dos respectivos exercícios e liquidadas em janeiro do ano seguinte.

	2025	2024
Valores a faturar (NOV)	-	14.149
Valores a faturar (DEZ)	39.975	31.634
Total de valores a faturar	<u>39.975</u>	<u>45.783</u>

(c) A liquidação no mercado de curto prazo (“MCP”) é referente a recuperação de energia elétrica (“lastro”) adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. A variação entre os períodos é decorrente da redução do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) vigente (R\$ 278,18 p/MWh - novembro de 2025 e R\$ 103,51 p/MWh - novembro de 2023). Os volumes adquiridos em 2025 e 2024 foram, respectivamente, de 24,59 MW médios e 34,83 MW médios.

#### Riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável

A Companhia não possui histórico de perdas efetivas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes e outros recebíveis. A inadimplência atual referente a liquidação no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), sendo liquidada no prazo de 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na Nota Explicativa 30.

#### 11 - Estoques

	Ref.	2025	2024
Estoque de combustíveis	(a)		
Combustíveis para geração de energia		28.477	33.580
Estoque de peças			
Segurança / mínimo	(b)	8.538	22.213
<i>Overhaul</i>	(b)	1.820	2.513
Garantia	(c)	4.060	4.077
		14.418	28.803
Outros estoques			
Consumíveis		2.725	1.309
Total dos estoques		45.620	63.692

Os estoques da Companhia são essencialmente insumos ou materiais a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o custo médio.

(a) O saldo em estoque de combustível refere-se ao óleo combustível B1 (“OCB1”), diesel e lubrificantes. O volume de OCB1 em estoque é definido de acordo com expectativa de geração, havendo uma capacidade máxima de tancagem nos tanques próprios para 5 dias de geração.

(b) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia, sendo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas.

(c) Estoque de peças patrimoniais recebidas em garantia para substituição de peças danificadas e manutenção de *overhaul*.

(d) Estoque de materiais para uso geral (limpeza, administrativo etc.).

Com relação aos itens “b” e “c”, anualmente é realizada análise do giro das peças e feita a reclassificação entre estoque (curto prazo) e ativo imobilizado (longo prazo) quando cabível (Nota Explicativa 15a).

#### 12 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	Ref.	2025	2024
Projeto CS Carbono	(a)	-	963
Projeto Monitoramento de vapor	(b)	6.864	5.595
Serviços em curso	(c)	32	123
Total de projetos de P&D em andamento		6.896	6.681

Conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“PROP&D”) da ANEEL, as empresas geradoras de energia elétrica destinam 1% de sua Receita Operacional Líquida (“ROL”) para Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Desse percentual, 40% são destinados para projetos de P&D e em eficiência energética de escolha da Companhia (!). Esses projetos são submetidos a avaliação da ANEEL que, ao final, emite parecer sobre a aprovação de acordo com a normas previstas no PROP&D.

(!) A partir de abril de 2021, 30% do montante apurado passou a ser recolhido diretamente para o Ministério de Minas e Energia (“MME”), através da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), encerrando em dezembro/2025.

No final de 2025, a Companhia tinha um projeto em andamento e um aprovado junto a ANEEL e nove em fase de análise para aprovação junto a ANEEL.

Projeto	Código ANEEL	Início	Término	Status
Falha nos motores	PD-06599-0002/2013	janeiro/2014	janeiro/2017	Aprovado pela Aneel em julho/2017
Conjunto trafo harmônico	PD-06599-0003/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Ultrassom	PD-06599-0004/2015	junho/2015	novembro/2019	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Redes inteligentes	PD-06599-0005/2015	abril/2016	setembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Monitoramento on-line de óleo	PD-06599-0006/2016	agosto/2016	dezembro/2020	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Captura de carbono (H2)	PD-06599-0007/2019	julho/2019	abril/2023	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Compactador de biomassa	PD-06599-0008/2019	novembro/2019	Junho/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Sistema de monitoramento do trafo	PD-06599-0009/2019	novembro/2019	agosto/2022	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Biodetegente	PD- 07236-0009/2020	janeiro/2021	abril/2024	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
CS Carbono	PD-06599-0010/2023	junho/2023	agosto/2025	Encerrado - Aguardando aprovação Aneel
Sistema de Monitoramento de vapor	PD-06599-0011/2023	dezembro/2023	março/2026	Pesquisa em andamento

- (a) CS Carbono (código ANEEL PD-06599-0010/2023): Projeto complementar ao de Captura de Carbono (código ANEEL PD-06599-0007/2019). Nesta nova fase serão aperfeiçoados os dispositivos para ciclo diesel dentro da fase cabeça de série para aplicação de hidrogênio na assistência a combustão de OCB1 e diesel. O projeto foi encerrado em agosto de 2025 e atualmente está aguardando a aprovação da ANEEL.
- (b) Sistema de monitoramento de vapor (código ANEEL PD-06599-0011/2023): sistema de monitoramento e controle inteligente para sistemas de vapor industrial necessários para manutenção de temperatura de motores a combustão e de óleo combustível nas usinas termelétricas. O sistema parte da criação de modelos de adaptação climática baseados no estudo termodinâmico dos sistemas de aquecimento e suas demandas em cada condição ambiente e dos sistemas de aquecimento. A aplicação de fontes de energias disponíveis na planta será gerida de modo a avaliar melhor o valor em termos ecológico e econômico, garantindo, assim, maior benefício sob o aspecto da descarbonização, como também de economia para a usina. O projeto iniciou-se em dezembro de 2023, porém com desembolso financeiro a partir de 2024, e tem término previsto para dezembro de 2026.
- (c) Atividades relacionadas com a gestão do programa de P&D (ciclo 202352027), contemplando a elaboração de relatórios para a ANEEL em formatos pré-determinados nos manuais vigentes. Nesta atividade, está inclusa a dedicação horária da equipe de gestão para realizar as demais atividades previstas no projeto de gestão, como interação com outras empresas e instituições para viabilizar parcerias e cooperação, inclusive, o controle físico, financeiro, contábil e jurídico dos projetos em execução na empresa.

Maiores detalhes sobre os projetos podem ser consultados no site da Companhia: [www.suapeenergia.com.br](http://www.suapeenergia.com.br)

### 13 - Outros créditos

	Ref.	2025	2024
Wartsila Finland OY	(a)	-	2.546
Mult Serviços	(b)	1.138	1.099
K da M Dantas Serviços	(c)	183	926
Fornecedores diversos		201	176
Adiantamento a empregados		-	21
Total de valores a receber		1.522	4.768

- (a) Adiantamento compra de equipamentos do Projeto Etanol, conforme previsto no *Equipment Supply Contract*.  
 (b) Adiantamento para o serviço de substituição de linhas de rede de condensado e vapor da planta.

(c) Adiantamento para recuperação estrutural das chaminés e radiadores da planta.

14 - Despesas antecipadas

	Ref.	2025	2024
Prêmio de seguros	(a)	<u>3.780</u>	<u>3.644</u>
Total de despesas antecipadas		<u><u>3.780</u></u>	<u><u>3.644</u></u>

(a) Parcelas a apropriar de despesas com seguro de Riscos Nomeados e Operacionais (2025 - R\$ 3.277; 2024 - R\$ 3.491), Projeto Etanol (2025 - R\$ 404), Riscos ambientais (2025 - R\$ 94; 2024 - R\$ 91) Responsabilidade D&O (2025 - R\$ 5; 2024 - R\$ 62) e contratados pela Companhia elencados na Nota Explicativa 31.

## 15 - Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total em operação	Peças sobressalentes (a)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		9.978	262.224	94.575	489	263	379	367.908	28.690	396.598
Aquisição		-	18	41	-	-	1.203	1.262	-	1.262
								-		
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	(12)	12	(636)	(648)
Transferência		-	205	1.253	-	84	(1.542)	-	-	-
Baixa	(c)	-	(4)	-	-	(1)	-	(5)	(921)	(926)
Depreciação		-	(17.809)	(4.684)	(85)	(37)	-	(22.615)	-	(22.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>9.978</u>	<u>244.634</u>	<u>91.185</u>	<u>404</u>	<u>309</u>	<u>28</u>	<u>346.538</u>	<u>27.133</u>	<u>373.671</u>
Aquisição	(d)	-	466	198	947	4	55.049	56.664	-	56.664
								-		
Reclassificação do estoque	(b)	-	-	-	-	-	(7)	(7)	14.525	14.518
Transferência		-	-	-	-	10	(10)	-	-	-
								-		
Baixa	(c)	-	(2)	-	(304)	-	(2)	(308)	(684)	(992)
Depreciação		-	(17.781)	(4.714)	(128)	(38)	-	(22.661)	-	(22.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>9.978</u>	<u>227.317</u>	<u>86.669</u>	<u>919</u>	<u>285</u>	<u>55.058</u>	<u>380.226</u>	<u>40.974</u>	<u>421.200</u>
Custo total		9.978	495.453	141.712	2.070	914	55.586	705.713	51.214	756.927
Baixas		-	(3.645)	(127)	(422)	(134)	(528)	(4.856)	(10.240)	(15.096)
Depreciação acumulada		-	(264.491)	(54.916)	(729)	(495)	-	(320.631)	-	(320.631)
Saldo contábil (líquido) em 31 de dezembro de 2025		<u>9.978</u>	<u>227.317</u>	<u>86.669</u>	<u>919</u>	<u>285</u>	<u>55.058</u>	<u>380.226</u>	<u>40.974</u>	<u>421.200</u>
Depreciação anual média em 2025 - %		-	3,59	3,33	6,18	4,16	-	3,21	-	3,05

(a) Dentre os ativos mencionados acima, a Companhia possui peças sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos classificados no grupo do imobilizado. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional e a administração espera usá-los por mais de um exercício social. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do imobilizado correspondente a peças sobressalentes era de R\$ 27.596 (R\$ 27.133 em 2024), totalizando R\$ 407.822 (R\$ 373.671 em 2024) em bens do ativo imobilizado.

(b) A transferência de R\$ 14.525 (R\$ 636 em 2024) é decorrente da reclassificação (líquida) de estoque para o imobilizado dos itens com e sem giro. A análise é feita anualmente (entre novembro e dezembro), de acordo com a movimentação ocorrida durante o período dos últimos 12 meses.

- (c) As baixas de peças sobressalentes são para as manutenções corretivas / preventivas das UGs, considerando a programação do O&M. Os itens que apresentam giro têm o seu saldo reclassificado para o estoque (vide item "b").
- (d) R\$ 54.870 refere-se aos equipamentos do Projeto Etanol em fase de instalação com previsão de conclusão para abril/2026.

#### Provisão para redução ao valor recuperável

Conforme nota explicativa 7.8 a Companhia adota como pratica as taxas de depreciação da Aneel. Tendo em vista que o final da concessão em 2026 existirá um valor residual de seus ativos, a administração procedeu com uma avaliação do valor recuperável destes ativos, considerando a aquisição de novo PPA de terceiros para o períodos de 2027-2041, usando a metodologia de fluxo de caixa descontando, não identificando indicadores de ajuste ao valor recuperável.

#### Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis utilizando as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens, conforme apresentado a seguir:

Itens do imobilizado	Range de depreciação
Edificações	30 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

#### 16 - Ativo intangível

	Direito de uso de software
Saldos em 1º de janeiro de 2024	77
Adição	-
Amortização	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52
Adição	-
Baixas	-
Amortização	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26
Custo total	826
Baixas	(17)
Amortização acumulada	(783)
Valor residual	26
Amortização anual - %	20

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de softwares.

Direitos de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados de forma linear, de acordo com base na vida útil estimada do software que é de 5 anos.

## 17 - Fornecedores

	Ref.	2025	2024
Wartsila Brasil Ltda	(a)	7.201	5.690
Encargos de uso da rede	(b)	3.635	3.451
Provisão compra de lastro	(c)	2.891	90
Combustíveis e lubrificantes	(d)	929	-
Axa Seguros	(e)	121	-
Wartsila Switzerzland	(f)	89	56
Outros fornecedores		1.305	1.009
Total de fornecedores a pagar		<u>16.171</u>	<u>10.296</u>

(a) Aquisição de serviço de Operação e Manutenção da planta, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias (R\$ 1.455) e provisão para desmobilização (R\$ 5.745) até o limite contratual previsto no contrato de O&M.

(b) Refere-se ao uso da rede básica e sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(c) Provisão compra energia para recomposição de lastro. A diferença em relação ao ano de 2024 é devido aos preços médios da energia (Nota Explicativa 10c)

(d) Aquisição de OCB1, incluindo frete, lubrificantes e diesel destinados a geração de energia elétrica. O prazo médio de liquidação é de 5 dias para os combustíveis e 30 dias para o frete sobre o OCB1.

(e) Seguro instalação de equipamentos Projeto Etanol.

(f) Aquisição de peças de reposição para manutenção das Unidades Geradoras ("UG").

A Companhia não possui operações de "Risco Sacado", que possibilite aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

## 18 - Empréstimos, financiamentos e encargos

Instituição financeira	Objetivo	Ref	Juros	Prazos / Vencimento	Circulante		Não circulante	Total	
					Principal	Encargos	Principal	2025	2024
Banco Santander - CCB	Construção UTE	(a)	CDI + 0,98% a.a.	23 meses - 30/09/2026	-	-	-	-	47.541
Banco Santander - CCB	Construção UTE	(b)	CDI + 0,88% a.a.	17 meses - 30/09/2026	26.100	2.609	-	28.709	-
Total a pagar					26.100	2.609	-	28.709	47.541
Circulante								28.709	16.350
Não circulante								-	31.191

A Companhia obteve junto as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção e operação da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) contratada em novembro de 2024 junto ao Banco Santander em substituição ao financiamento firmando em agosto de 2021 com condições mais atrativas para a Companhia
- (b) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) reestruturada em maio de 2025 junto ao Banco Santander em substituição ao empréstimo do item “a” com taxa de juros mais atrativa para a Companhia, dada as condições do mercado (aumento do CDI e câmbio). Essa nova operação ofereceu uma menor taxa de juros (USD + 3,95% com *cap* de R\$ 6,50). A exposição ao dólar é limitada através do *swap* para CDI + 0,88%a.a., o que reduz o risco cambial a um custo mais acessível.

As garantias permanecem as mesmas do financiamento anterior:

- 30% do montante principal. Aplicado em CDB de conta restrita para movimentação (Nota Explicativa 9c); e
- 100% dos direitos creditórios de “CCEAR´s”, que serão disponibilizados na Conta Vinculada de titularidade da Companhia no Banco Santander.

### Condições restritivas (*Covenants* e Garantias)

Os contratos de financiamentos junto ao Santander não possuem *covenants* financeiros, as demais restrições não são financeiras. A Companhia confirma que nenhuma das restrições foram descumpridas até a data de emissão destas demonstrações financeiras e assim tem classificado os financiamentos atendendo as datas do vencimento original.

A seguir está apresentada a movimentação dos financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	27.122	58.483	85.605
Ingressos (financiamentos)	15.595	31.191	46.786
Transferências	58.483	(58.483)	-
Encargos (financiamentos)	8.829	-	8.829
Amortização de principal (financiamentos)	(81.930)	-	(81.930)
Variação cambial (empréstimos)	54	-	54
Pagamento de juros e IOF (financiamentos)	(11.803)	-	(11.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>16.350</u>	<u>31.191</u>	<u>47.541</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2025	16.350	31.191	47.541
Ingressos (financiamentos)	26.100	-	26.100
Transferências	31.191	(31.191)	-
Encargos (financiamentos)	10.197	-	10.197
Amortização de principal (financiamentos)	(46.929)	-	(46.929)
Pagamento de juros e IOF (financiamentos)	(8.200)	-	(8.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>28.709</u>	<u>-</u>	<u>28.709</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o financiamento (item "b") classificado no passivo circulante, com as duas parcelas (R\$ 15.595 cada) vencendo em maio e setembro de 2026.

### 19 - Tributos e contribuições sociais

	Ref.	2025	2024
COFINS	(a)	1.978	1.146
PIS	(a)	429	246
INSS	(b)	448	389
CSRF	(b)	308	245
IRRF	(c)	255	161
ISS	(c)	195	141
FGTS		32	32
ICMS	(d)	24	1
Total de tributos e contribuições sociais a pagar		<u>3.669</u>	<u>2.361</u>

(a) PIS/COFINS regime não cumulativo sobre receita de operações de energia (Nota Explicativa 27) e sobre receitas financeiras (Nota Explicativa 29).

(b) INSS sobre folha e retido na fonte de fornecedores.

(c) Tributos retidos na fonte de fornecedores. Para o IRRF, também está incluída a parcela sobre folha de pagamento.

(d) ICMS sobre venda de imobilizado usado.

## 20 - Tributos sobre o lucro

### 20.1 - Passivo fiscal corrente

	2025		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	20.932	58.166	79.098
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(38.724)	(38.724)
Pagamentos por estimativa no ano	(6.964)	(12.546)	(19.510)
<b>Total do passivo fiscal corrente</b>	<b>13.968</b>	<b>6.896</b>	<b>20.864</b>

	2024		
	CSLL	IRPJ	Total
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	18.206	50.601	68.807
Incentivo Sudene (Redução de 75% do IRPJ)	-	(38.431)	(38.431)
Pagamentos por estimativa no ano	(4.953)	(7.539)	(12.492)
<b>Total do passivo fiscal corrente</b>	<b>13.253</b>	<b>4.631</b>	<b>17.884</b>

### 20.2 – Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Ref.	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	231.131	231.131	204.519	204.519
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	(a) 9%	25%	9%	25%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.802)	(57.783)	(18.407)	(51.130)
<b>Ajustes ao lucro</b>				
<b>Adições</b>				
Benefícios a administradores	-	(45)	-	(40)
Provisão de fornecedores	(16)	(45)	-	-
Doações indedutíveis	(39)	(109)	(46)	(127)
Diferença IRPJ e CSLL 2024	(22)	(61)	-	-
Outras adições	(130)	(337)	(129)	(360)
	<u>(207)</u>	<u>(597)</u>	<u>(175)</u>	<u>(527)</u>
<b>Exclusões</b>				
Provisão de fornecedores	-	-	22	62
incentivo fiscal Lei do Bem	77	214	354	984
Outras exclusões	-	-	-	10
	<u>77</u>	<u>214</u>	<u>376</u>	<u>1.056</u>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social correntes</b>	<b>(20.932)</b>	<b>(58.166)</b>	<b>(18.206)</b>	<b>(50.601)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16	45	(22)	(62)
Incentivo fiscal SUDENE	-	38.724	-	38.431
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(20.916)</b>	<b>(19.397)</b>	<b>(18.228)</b>	<b>(12.232)</b>

(a) A alíquota do Imposto de Renda não considera a redução do Incentivo Fiscal da SUDENE, sendo a mesma aplicada em linha separada.

## 20.3 – Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

	2025			2024		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
<b>Ativo</b>						
Provisão desmobilização contrato O&M	4.178	4.178	4.178	4.000	4.000	4.000
Base de cálculo do imposto ativo	4.178	4.178	4.178	4.000	4.000	4.000
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto ativo	376	1.045	1.421	360	1.000	1.360
<b>Passivo (-)</b>						
Base de cálculo do imposto passivo	-	-	-	-	-	-
Alíquota	9%	25%	34%	9%	25%	34%
Imposto passivo	-	-	-	-	-	-
<b>Total Líquido</b>	<b>376</b>	<b>1.045</b>	<b>1.421</b>	<b>360</b>	<b>1.000</b>	<b>1.360</b>

A Companhia não possui base de prejuízos fiscais acumulados e por esse motivo não há constituição de ativo fiscal diferido sobre tal rubrica.

## 21 - P&D e taxas regulatórias

	Ref.	2025	2024
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos	(a)	2.586	2.912
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	(b)	261	267
Ministério das Minas e Energia (MME)	(b)	130	188
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)		137	131
Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(b)	78	25
<b>Total de tributos e contribuições sociais a pagar</b>		<b>3.192</b>	<b>3.523</b>

Os encargos setoriais P&D, FNDCT, MME e CDE correspondem a 1% da ROL, conforme regulamentação estabelecida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("PROP&D") da ANEEL e devem ser aplicados em P&D e em eficiência energética, visando financiar o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Do montante apurado, 40% são destinados ao FNDCT, 20% para o MME e 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento de escolha da Companhia (Nota Explicativa 12). A partir de abril de 2021, 30% do montante destinado aos projetos passou a ser recolhido diretamente para o MME através da CDE, encerrando-se em dezembro de 2025

(a) Os gastos realizados com os projetos de P&D em curso estão registrados na rubrica de P&D projetos em andamento, no ativo circulante (Nota Explicativa 12). No final dos projetos, o saldo em curso será encerrado contra os recursos do programa destacados acima. O saldo de P&D em curso a investir é demonstrado abaixo:

Saldo de P&D em projetos	2025	2024
(+) Provisão de P&D	2.586	2.912
(-) Projetos em andamento (realizado)	(6.896)	(6.681)
(-) Projetos em andamento (comprometido)	1.980	432
<b>(=) Saldo a investir</b>	<b>(2.330)</b>	<b>(3.337)</b>

(b) Os valores de FNDCT, MME e CDE são recolhidos mensalmente para a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), MME e da CCEE, respectivamente.

## 22 - Dividendos a pagar

	2025	2024
Savana SPE Incorporações	36.000	-
Petróleo Brasileiro S/A	9.000	-
Total de dividendos a pagar	<u>45.000</u>	<u>-</u>

Dividendos intermediários calculados sobre o resultado dos meses de outubro e novembro de 2025 e deliberados na AGE de 30 de dezembro de 2025 a serem pagos até o final do 1º trimestre de 2026 (Nota Explicativa 25.4.2)

## 23 - Outras contas a pagar

	Ref.	2025	2024
Estoque de peças em garantia	(a)	4.061	4.077
Provisão de férias e encargos		714	513
Outros valores a pagar	(b)	552	553
Total de outras contas a pagar		<u>5.327</u>	<u>5.143</u>

(a) Saldo corresponde a contrapartida ao estoque de peças em garantia, conforme Nota Explicativa 11c.

(b) Valores recebidos a maior de clientes de venda de energia.

## 24 - Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Conforme requerido pela norma brasileira de contabilidade CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, e para as causas com risco de perda possível não é requerida contabilização, porém devem ser divulgadas em Nota Explicativa.

### 24.1 – Ações tributárias, cíveis e ambientais (risco provável)

Com base na avaliação de especialistas (advogados internos e externos) e nas condições processuais de cada ação em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

### 24.2 - Ações tributárias e cíveis (risco possível, não constituída provisão)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava contingências passivas envolvendo questões tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes de R\$ 19.817 e R\$ 92.256 (2024: R\$ 14.890 e R\$ 80.740), respectivamente.

Abaixo destacamos os processos com valor envolvido de maior relevância, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco "possível":

#### 24.2.1 - Ação Ordinária contra União Federal

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400, contra a União Federal, para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. Acredita-se que a ação será julgada procedente, portanto, de forma favorável à Companhia. A probabilidade de perda é possível e o valor é inestimável.

#### 24.2.2 - Ação contra a ANEEL e CCEE

A Companhia ajuizou ação de procedimento comum nº 0069318-02.2014.4.01.3400, contra ANEEL E CCEE, sobre a cobrança de ressarcimento de energia pela ANEEL e pela CCEE, desconsiderando os volumes de indisponibilidade autorizados pelo próprio contrato de comercialização de energia. Os pedidos buscam o afastamento da cobrança de ressarcimento de energia apurada em base horária, contrariando previsões do Edital e dos anexos do instrumento convocatório, bem como que seja ordenada a apuração e cobrança observando um intervalo de apuração de 60 meses, considerando-se as indisponibilidades forçadas e programadas para descontar do cálculo do ressarcimento apurado. O valor histórico é R\$ 22.897 e o valor econômico em disputa de R\$ 91.249. A probabilidade de perda é possível.

#### 24.2.3 - Ação contra a CHESF

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.277, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Companhia ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001. Em 2022, houve a perícia técnica, favorável ao direito da Companhia. A probabilidade de perda é possível, segundo análise realizada pelo jurídico interno da Companhia

#### 24.2.4 - Ação contra União Federal e ANEEL

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo ("MCP") junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), ajuizou, na condição de associada da Associação Brasileira de Geradoras Térmicas ("ABRAGET"), a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de *Generation Scalling Factor* ("GSF") sobre geradores hidrelétricos nas liquidações, já reconhecida por liminar e confirmada por sentença. Eventual revogação da sentença em sede de recurso poderá provocar risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGP-M do momento que era devido até o seu efetivo pagamento. O processo encontra-se pendente de decisão.

#### 24.2.5 - Auto de Infração RFB

Em maio de 2021, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB") em decorrência do Mandado de Procedimento Fiscal nº. 04.0.01.00-2020-01410-0 referente a fiscalização de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2018. Os principais pontos do auto de infração estão relacionados ao cálculo do Lucro da Exploração. O valor da autuação foi de R\$19.853, já acrescido dos encargos legais (data-base maio de 2021). A Companhia apresentou impugnação (processo administrativo 11274.720436-2021-58) e em primeira instância obteve êxito na declaração de improcedência de aproximadamente 25% do lançamento original, pendentes de análise de reexame necessário. Em dezembro de 2021, a Companhia ingressou com recurso voluntário para apreciação, em segunda instância, sobre os argumentos de impugnação associados aos valores ainda mantidos e por ela tidos como indevidos. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), sendo a probabilidade de perda remota em relação aos valores objeto de reexame necessário (R\$ 4.963) e admitindo-se possível no tocante à parcela objeto de Recurso Voluntário (R\$ 14.890).

#### 24.2.6 - Auto de Infração ANEEL

No exercício em referência, a Companhia foi objeto de fiscalização conduzida pela Agência de Regulação de Pernambuco (“ARPE”), por solicitação da ANEEL, com o objetivo de apurar suposta frustração de despacho ocorrida nos dias 25 e 26 de outubro e 13 de novembro de 2023. Inicialmente, a fiscalização concentrou-se na verificação da existência de eventual falta de combustível, hipótese que foi posteriormente afastada.

Na sequência, foram analisadas possíveis indisponibilidades operacionais, incluindo a existência de transformador reserva. Após a rejeição das alegações apresentadas, a ANEEL passou a avaliar a eventual aplicação de penalidade, com base na apuração de taxa de falhas, no montante estimado de R\$ 4.927.

Atualmente, o processo encontra-se em vista do Diretor-Geral da ANEEL, aguardando julgamento pelo Plenário, sendo classificada como provável a chance de perda na esfera administrativa e perda possível na esfera judicial.

### 25 - Patrimônio Líquido

#### 25.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.977 em 2025 e 2024 e está representado por 139.977 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2025 e 2024	
	Ações ordinárias	Valor
Acionistas		
Savana SPE Incorporações Ltda	111.982	111.982
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	27.995	27.995
Capital social	<u>139.977</u>	<u>139.977</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

#### 25.2 – Reservas legal e de lucros

A Companhia já constituiu o montante para Reserva Legal até o limite de 20% do capital social previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76.

A conta de Reserva de Lucros é constituída pelos valores excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários e são destinados após deliberação por parte dos acionistas em AGO/E, sendo a sua composição detalhada na Nota Explicativa 25.4.

#### 25.3 – Reserva de incentivo fiscal – Lucro da Exploração

No exercício de 2025, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, apurado com base no Lucro da Exploração, suportado pelo Laudo Constitutivos nº 0024/2023 expedido pela SUDENE, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

O benefício na modalidade de Modernização Total de Empreendimento tem a vigência de 10 anos a contar de 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032, estando homologado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”), com a publicação do Ato Declaratório Executivo DRF/NAT nº 97/2023.

Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento. Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

	Valores
Saldo acumulado em 1º de janeiro de 2024	300.174
Incentivo fiscal no exercício de 2024	38.431
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024	<u>338.605</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2025	338.605
Incentivo fiscal no exercício de 2025	38.724
Ajuste Incentivo fiscal no exercício de 2025	(530)
Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025	<u>376.799</u>

## 25.4 – Dividendos e juros sobre o capital próprio

### 25.4.1 - Juros sobre o capital próprio

Não houve deliberação (destinação) dos Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) no exercício de 2025.

### 25.4.2 – Dividendos intermediários

Deliberações 2025	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 22 de abril 2025		34.000	0,24290
AGE de 02 de maio de 2025	Dividendos intermediários	34.000	0,24290
RCA de 21 de julho de 2025		30.000	0,21432
AGE de 01 de agosto de 2025	Dividendos intermediários	30.000	0,21432
RCA de 22 de outubro de 2025		30.000	0,21432
AGE de 23 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	30.000	0,21432
RCA de 23 de dezembro de 2025		45.000	0,32148
AGE de 30 de dezembro de 2025	Dividendos intermediários	45.000	0,32148
Deliberações 2024	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
RCA de 08 de julho de 2024		55.000	0,39292
AGE de 15 de julho de 2024	Dividendos intermediários	55.000	0,39292
RCA de 10 de outubro de 2024		40.000	0,28576
AGE de 14 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	40.000	0,28576
RCA de 05 de dezembro de 2024		25.000	0,17860
AGE de 06 de dezembro de 2024	Dividendos intermediários	25.000	0,17860

Em 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários em maio, agosto, outubro e dezembro, apurados o final dos meses de março, junho, setembro e novembro, respectivamente, em conformidade com o art. 30 do Estatuto Social. Com exceção dos valores deliberados em dezembro, todos os pagamentos ocorreram dentro do próprio exercício.

### 25.4.3 – Dividendos mínimos e complementares

Abaixo segue demonstrada a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

	2025	2024
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	190.818	174.059
(-) Reserva legal	-	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(38.724)	(38.431)
(=) Base de Cálculo dos dividendos	152.094	135.628
(x) Percentual conforme Estatuto Social	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	38.023	33.907
(-) Parcela já distribuída através de dividendos intermediários e JCP	(38.023)	(33.907)
(=) Saldo a distribuir	-	-
Demonstrativo dos Dividendos mínimos e Juros sobre Capital Próprio:		
Dividendos mínimos pagos através de dividendos intermediários	38.023	33.907
Total bruto	38.023	33.907

A distribuição (pagamento) dos dividendos mínimos obrigatórios de 2025 já ocorreu dentro do exercício em virtude da distribuição dos dividendos intermediários, não havendo a necessidade de deliberação de aprovação de valores adicionais.

A constituição do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	2025	2024
Base de cálculo dos dividendos	152.094	135.628
Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF)	(38.023)	(33.907)
Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios	114.071	101.721
Dividendos intermediários distribuídos no ano	(100.977)	(86.093)
Saldo do excedente aos dividendos mínimos obrigatórios	13.094	15.628

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 13.094, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como dividendos adicionais propostos, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2026, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia e futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

A movimentação dos saldos dos dividendos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Dividendos complementares do exercício anterior	15.628	33.223
Atualização SELIC sobre dividendos	345	746
IRRF s/atualização de dividendos	(78)	(168)
Dividendos pagos do exercício anterior	(15.895)	(33.801)
Dividendos propostos do exercício	38.023	33.907
Dividendos intermediários declarados no exercício	100.977	86.093
Dividendos mínimos pagos dentro do exercício	(38.023)	(33.907)
Dividendos intermediários pagos dentro do exercício	(55.977)	(86.093)
Saldo final	45.000	-

## 26 - Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em AGE de 30 de abril de 2025, a Companhia deliberou o montante global de R\$ 2.300 de remuneração (sem a inclusão dos encargos legais exigíveis, que são suportados pela Companhia) do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2025.

O montante pago até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.905 (em 2024 foi de R\$ 1.993).

### b. Outras transações com partes relacionadas

Os valores a pagar (pagos) de dividendos mínimos, dividendos intermediários e dividendos adicionais propostos estão detalhados na Nota Explicativa 25.4.

## 27 - Receita operacional líquida

	Ref.	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica			
Receita fixa - disponibilidade	(a)	382.564	365.234
Receita de geração - demanda	(b)	8.874	20.881
Suprimento de energia elétrica		391.438	386.115
Deduções da receita operacional			
(-) PIS / COFINS		(36.208)	(35.716)
(-) Programa de P&D e eficiência energética		(3.517)	(3.469)
(-) Taxa de fiscalização (TFSEE)		(1.644)	(1.572)
Total das deduções da receita operacional		(41.369)	(40.757)
Receita operacional líquida		350.069	345.358

(a) A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o Sistema Interligado Nacional ("SIN"). A variação é decorrente do reajuste pelo IPCA previsto nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR").

(b) Em 2025, a Companhia foi acionada de forma pontual para atendimento às necessidades do Sistema Interligado Nacional ("SIN"). Em agosto, a usina realizou operação em teste, por solicitação do ONS e da ANEEL, para comprovação de disponibilidade, atendida integralmente. Em dezembro, houve despacho para suprimento do aumento de carga do sistema. Os acionamentos ocorreram com e sem programação prévia, caracterizando o papel *stand-by* da usina. Apesar do volume total gerado em 2025 ser inferior ao de 2024 (10.981,995 MWh vs 19.991,335 MWh), não houve prejuízo quanto à confiabilidade e à eficiência operacional da usina.

## 28 - Custos e despesas (outras receitas) operacionais

	Ref.	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica			
Combustível para geração de energia elétrica	(a)	(10.913)	(20.934)
Encargos de uso do sistema transmissão		(38.612)	(36.910)
Depreciação e amortização		(21.914)	(21.857)
Serviços de terceiros	(b)	(35.223)	(31.468)
Peças para manutenção	(c)	(4.492)	(3.734)
Seguros		(7.233)	(7.681)
Aluguéis		(5.656)	(4.067)
Material de consumo		(284)	(479)
Taxas e contribuições		(284)	(289)
Energia elétrica		(11)	(5)
		<u>(124.622)</u>	<u>(127.474)</u>
Custo de compra de energia elétrica (lastro)			
Energia elétrica comprada para fornecimento	(d)	(65)	-
		<u>(65)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal	(e)	(7.840)	(7.028)
Administradores	(e)	(2.697)	(2.435)
Serviços de terceiros	(f)	(4.529)	(2.633)
Depreciação e amortização		(773)	(783)
Taxas e contribuições		(318)	(308)
Aluguéis		(14)	(13)
Material de consumo		(202)	(169)
Baixa de ativos		(246)	(5)
Outras despesas		(2.449)	(2.332)
		<u>(19.068)</u>	<u>(15.706)</u>
Outras receitas operacionais			
Peças recebidas em garantia	(g)	19.706	-
Venda líquida ativo imobilizado e de óleo usado e sucata		310	59
		<u>20.016</u>	<u>59</u>
Total dos custos e despesas (outras receitas) operacionais		<u>(123.739)</u>	<u>(143.121)</u>

(a) A redução do custo com OCB1, diesel e lubrificantes em 2025 foi decorrente da baixa geração no exercício (Nota Explicativa 27b) aliada a uma melhora consumo específico das UGs (item b).

(b) Contrato de O&M com Wartsila Brasil (2025 - R\$ 18.332; 2024 - R\$ 17.565).  
Processo de manutenções preventivas e preservação da planta (2025 - R\$ 14.263; 2024 - R\$ 11.449).

(c) Consumo de peças decorrente principalmente das manutenções preventivas em alinhamento com processo de preservação da planta (item b).

(d) As operações de compra de lastro realizadas mensalmente pela Companhia se dão pelo cumprimento das obrigações contratuais firmadas no 5º leilão de energia nova A-5 de 2007, na qual Companhia sagrou-se vencedora. Dentre as várias obrigações contratuais, a entrega da sua garantia física contratual ou lastro contratual determina a necessidade de compra de lastro (Decreto nº 5164/2004, art. 2º, I, §º e art. 3º. §1º e cláusula 5.7 dos CCEARs). A diferença em MWmed da garantia física calculada para a garantia física do leilão (2025: 24,59 MW médios; 2024: 34,48 MW médios) é comprada no Mercado Livre ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") do submercado da oferta nas operações do Mercado de Curto Prazo (MCP) para liquidação na CCEE.

O efeito no resultado é decorrente da diferença entre o valor de compra e retorno é decorrente do *spread* vigente no momento da contratação.

- (e) As variações são decorrentes de aumentos salariais conforme política da Companhia, reajustes previstos em acordos coletivos e despesas em geral (ex. plano de saúde).
- (f) Consultoria regulatória (2025 - R\$ 1.120; 2024 - R\$ 506); Projeto Etanol (2025 – R\$ 827), consultoria tributária (2025 – R\$ 916; 2024 – R\$ 947).

## 29 - Resultado financeiro, líquido

	Ref.	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	(a)	16.494	13.173
Atualização monetária recebimento de clientes		17	4
Variação cambial		12	-
Outras atualizações monetárias		81	25
		<u>16.604</u>	<u>13.202</u>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívidas	(b)	(10.197)	(8.829)
Atualização monetária	(c)	(444)	(793)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras		(568)	(668)
Variação cambial		(68)	(61)
Outras despesas financeiras		(526)	(569)
		<u>(11.803)</u>	<u>(10.920)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>4.801</u>	<u>2.282</u>

(a) O aumento dos rendimentos de aplicações financeiras em 2025 em relação ao ano de 2024 é decorrente de um maior montante médio aplicado.

(b) Aumento devido a repactuação do financiamento do Santander (Nota Explicativa 18) a ser compensado no exercício de 2026.

(c) Atualização monetária dividendos (2025 - R\$ 345; 2024 = R\$ 746).

## 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, também, não efetua aplicações de caráter especulativo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	Índice	Mensuração	Nível	2025		2024	
					Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>								
Caixa	8	N/A	(a)	-	13	12	24	24
Aplicações financeiras - CDB	8	CDB	(a)	(2)	123.591	123.591	40.610	40.610
Aplicações financeiras - LF	8	CDB	(a)	(2)	829	829	40.546	40.546
Aplicações financeiras - Garantia CCG	9	CDI	(a)	(2)	6.682	6.682	5.861	5.861
Aplicações financeiras - Garantia CCT	9	CDI	(a)	(2)	160	161	141	141
Aplicações financeiras - Garantia CCG RFN	9	CDI	(a)	(2)	8.547	8.547	15.265	15.265
Contas a receber	10	N/A	(a)	-	60.510	60.510	52.638	52.638
Outros créditos	13	N/A	(a)	-	1.522	1.522	4.768	4.768
<b>Total Ativo</b>					<b>201.854</b>	<b>201.854</b>	<b>159.853</b>	<b>159.853</b>
<b>Passivo</b>								
Fornecedores	17	N/A	(a)	-	16.171	16.171	10.296	10.296
Dividendos a pagar	22	Selic	(a)		45.000	45.000	-	-
Outras contas a pagar	23	N/A	(a)		5.327	5.327	5.143	5.143
Empréstimo - CCB Santander	18	CDI	(a)	(2)	28.709	28.709	47.541	47.541
<b>Total Passivo</b>					<b>95.207</b>	<b>95.207</b>	<b>62.980</b>	<b>62.980</b>

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

#### a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI, segue abaixo simulação do pior cenário dentre os possíveis e comentários:

Instrumentos Financeiros	Exposição	Risco	Redução (Aumento) do índice em				
			10%	15%	20%	25%	Total
Ativos - Não Derivativos	201.854	Alta CDI	19.366	880	880	880	22.006
Passivos - Não Derivativos	(95.207)	Alta CDI	(5.680)	(258)	(258)	(258)	(6.454)
	<u>106.647</u>		<u>13.686</u>	<u>622</u>	<u>622</u>	<u>622</u>	<u>15.552</u>

O Cenário demonstrado representa o pior cenário dentre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois, mesmo com a tendência de aumento nas taxas de juros, foi possível a repactuação da principal dívida (financiamento junto ao Santander para construção da UTE) em condições mais favoráveis que o contrato anterior (Nota Explicativa 18).

Os cenários foram projetados considerando a rentabilidade / encargos de cada instrumento financeiro sobre o CDI de 14,32% do ano de 2025.

#### b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

	Nota	2025	<3 meses	3-12 meses	Total
Fornecedores e outras contas a pagar					
Wartsila Brasil Ltda	17	7.201	7.201	-	7.201
Encargos de uso da rede	17	3.635	3.635	-	3.635
Provisão compra de lastro	17	2.891	2.891	-	2.891
Combustíveis e lubrificantes	17	929	929	-	929
Axa Seguros	17	121	121	-	121
Wartsila Switserzerland	17	89	89	-	89
Outros fornecedores	17	1.305	1.305	-	1.305
Total Fornecedores		16.171	16.171	-	16.171
Empréstimos					
Banco Santander - CCB	18	28.709	-	28.709	28.709
Total Empréstimos		28.709	-	28.709	28.709
Total		44.880	16.171	28.709	44.880

#### (i) Comentários referente o saldo para fornecedores:

O pagamento dos fornecedores ocorrerá de acordo com o vencimento, previsto para ocorrer no 1º trimestre de 2025, exceto a provisão para desmobilização do contrato de O&M.

A CCB atual contratada junto ao Santander tem a finalidade de financiamento da construção da Usina, e seguirá o fluxo de pagamentos de acordo com os vencimentos, que tem o prazo até setembro de 2026.

#### c. Gestão de risco

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

#### (i) Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

O principal financiamento (Banco Santander – CCB) da Companhia é baseado em Operação Swap, porém, pelas projeções da Companhia e da instituição financeira não há previsão da taxa do câmbio (dólar) ultrapassar o limite contratual que implique no pagamento pela Companhia da diferença da variação cambial.

#### *(ii) Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Entretanto, as regras do ambiente regulatório onde estão firmados os CCEARS com os clientes garantem um histórico de zero de inadimplência.

Nas operações de lastro no MCP, a inadimplência mensal teve uma diminuição devido ao pagamento de passivos do GSF. As liquidações de novembro e dezembro de 2025, ocorreram em 8 de janeiro e 10 de fevereiro de 2026, com o percentual de inadimplência de 12,5% e 12,24%, respectivamente.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

#### *(iii) Risco de liquidez*

A Companhia em conformidade com o CPC 40, item 39 realiza análise (item "b") dos vencimentos de seus valores a pagar não identificado risco de liquidez nos cenários de curto e longo prazo.

#### *(iv) Risco de aceleração de dívidas*

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, sem cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas, quando existentes, são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

#### *(v) Risco ambiental*

A Companhia cumpre aos requisitos legais ambientais incluindo às exigências definidas na Licença de Operação ("LO"), com foco na sustentabilidade do negócio e na preservação do meio ambiente, sendo mandatório o cumprimento das normas ambientais por todos os colaboradores e terceirizados.

Para atendimento às eventuais emergências, a Companhia mantém um Plano de Prevenção e Controle de Emergências ("PPCE") e possui equipe capacitada para atuar em vazamentos de produtos químicos, queimadas na circunvizinhança, primeiros socorros, bem como possui todos os recursos necessários para uso na mitigação de eventos adversos.

#### d. Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

Com relação ao risco de crédito, o histórico de inadimplência das 35 distribuidoras com as quais a Suape Energia firmou os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARS é baixo, não havendo histórico de perdas passadas para a Companhia, tendo ocorrido por curtos lapsos temporais face à rigorosa atuação da ANEEL e CCEE junto as mesmas, além da oferta de subsídios do Governo para a perenidade de serviço essencial à população.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

### 31 - Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações e que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. As principais coberturas são:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (em reais)
Riscos Operacionais Grandes Riscos	15/07/2025 a 15/07/2026	150.000.000,00
Riscos de engenharia (Projeto Etanol)	17/09/2025 a 31/03/2027	71.079.756,13
Responsabilidade Civil Administradores	17/12/2025 a 17/12/2026	50.000.000,00
Responsabilidade Civil Geral	09/01/2026 a 09/01/2027	25.000.000,00
Responsabilidade Civil Ambiental	18/09/2025 a 18/09/2026	15.000.000,00
Veículos	10/03/2025 a 10/03/2026	100% da tabela FIPE
Veículos	30/09/2025 a 30/09/2026	100% da tabela FIPE
Seguro de vida dos colaboradores	01/04/2025 a 31/03/2026	24x remuneração

### 32 - Eventos subsequentes

Em 18 de março de 2026 ocorreu o Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026), onde a Companhia sagrou vencedora no produto GÁS. O certame tem um prazo de 15 anos, com vigência de agosto de 2029 e término em julho de 2044, com receita total de R\$ 4.175.803 mil e receita anual de R\$ 278.386 mil. A Companhia estima um investimento adicional no seu Capex de R\$ 723.944 mil para atendimento ao novo leilão.

#### Conselho de Administração

Carlos Alberto Mansur Filho  
Conselheiro Presidente

Enrique José Zaragoza Duena  
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis  
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior  
Conselheiro

Fábio de Figueiredo Bueno  
Conselheiro

#### Diretoria

Nelson Ambra Castro Junior  
Diretor Presidente

José Faustino da Costa Cândido  
Diretor Técnico

Giane Moreira Ferreira  
Diretora Administrativa

Alexandre da Silva  
Contador  
CRC-RJ 070219/O-0-S-PE